

PMDB e pequenos partidos deixam PFL fora da Mesa

Brasília — O PFL está fora da Mesa Constituinte, que foi eleita por um plenário com 311 deputados e senadores, após acordo entre o PMDB e os pequenos partidos. A composição final Mesa — seu presidente, Ulysses Guimarães, foi eleito no dia da instalação da assembleia — é a seguinte: 1º-vice — senador Mauro Gomeides, PMDB do Ceará (recebeu 29 votos); 2º-vice — deputado Jorge Arbage, do PDS do Pará (284); 1º-secretário — deputado Marcelo Cordeiro, do PMDB da Bahia (277); 2º-secretário — senador Mário Maia, do PDT do Acre (260); 3º-secretário — deputado Arnaldo Faria, do PTB de São Paulo (293); suplentes — deputada Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro (250); deputado Luís Soyter, do PMDB de Goiás (260); e deputado Sotero Cunha, do PDC do Rio (225).

"Temos que ser pragmáticos". A frase, dita na manhã de ontem pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, deflagrou o processo de negociação com os pequenos partidos para o preenchimento dos dois lugares vagos na Mesa pela desistência do PFL, o segundo maior partido, de participar da direção da assembleia.

Gosto amargo

As 17h, quando o acordo foi concluído, estava sacramentada a primeira grande derrota do PFL na Constituinte. "Nunca antes tínhamos experimentado o peso de sermos minoria. Agora estamos sentindo o gosto amargo da derrota", admitiu o vice-líder Alcení Guerra.

Até o meio da tarde, horário marcado para a eleição da Mesa da Constituinte, continuavam vagos os cargos de 2º-vice-presidente e 2º-secretário, recusados pelo PFL depois de uma semana de negociação, ao longo da qual a bancada do PMDB recusou ceder a 1ª-vice-presidência e a 1ª-secretaria. A votação foi adiada para as 17h30min, para uma nova tentativa de acordo, que não incluiu o PFL.

Critérios aguçam disputa

Brasília — O deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), professor ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul e único representante do sindicalismo rural na Constituinte, ainda não conseguiu uma vaga na subcomissão que discutirá a reforma agrária. Motivo: perdeu o sorteio feito por sua bancada para indicar o único integrante a que ela teria direito, segundo determinação do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas.

Bogo não desistiu, e já corre pela bancada do partido um abaixo-assinado solicitando a Covas uma vaga extra para ele, mas o deputado acabou sendo o protagonista da disputa mais exótica entre as que estão sendo travadas na intimidade da Constituinte pelas comissões e subcomissões mais cobiçadas. Todas elas terão de ser resolvidas ainda nessa semana, pois na segunda-feira o deputado Ulysses Guimarães lerá para o plenário os nomes dos titulares e suplentes indicados pelos partidos. Isso significa que os constituintes terão muito trabalho no final de semana.

A maior surpresa foi o fato de o deputado César Maia, ex-secretário de Fazenda no Rio de Janeiro, não ter conseguido tomar parte da subcomissão que estudará a intervenção do Estado na economia. Desta vez não houve sorteio, mas votação. Por 17 votos a cinco, ele perdeu a indicação para um colega de

Na quarta-feira, Covas havia feito um apelo aos líderes do PFL para que concordassem em aceitar os cargos vagos na Mesa. O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, argumentou que não tinha como se justificar para sua bancada se aceitasse "migalhas". As 16h10min de ontem, minutos antes de entrar para a reunião no gabinete de Ulysses — onde as lideranças do PMDB e dos pequenos partidos fecharam a chapa única —, Covas ligou para o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, que estava reunido com sua bancada. Lourenço reiterou sua posição: "Não vamos participar nem da Mesa, nem da votação."

Diretas já

Durante a reunião da bancada do PFL, que confirmou a posição dos líderes em meio a um clima de hostilidade aos pemedebistas, a deputada Sandra Cavalcanti (RJ) foi muito aplaudida ao pedir a convocação de eleições diretas para presidente da República e a renúncia coletiva dos ministros pefelistas. O deputado Paulo Pimentel (PR) pediu o rompimento do partido com o governo.

Depois da negativa final de Lourenço, Covas e os líderes dos pequenos partidos não precisaram de mais do que uma hora para fechar o acordo excluindo o PFL da Mesa.

Oficialmente, as negociações que resultaram na exclusão começaram e terminaram no gabinete de Ulysses, mas extrajudicialmente elas tiveram início bem antes, quando foi criado o primeiro impasse nas negociações entre o PMDB e o PFL. Na semana passada, o deputado Amaury Müller (PDT-RS) chegou a ligar para Covas para informar que seu partido estava interessado na segunda vice-presidência. Ontem de manhã, Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) voltou a telefonar reiterando o pleito. "O assunto está aberto para a discussão, mas o PDS também quer o cargo", comunicou o líder do PMDB.

secretariado no governo Leonel Brizola, Luís Alfredo Salomão, das Obras e Meio Ambiente.

— O Salomão deu uma de Covas — comentou o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro. — Ganhou no discurso.

As disputas pelas três subcomissões integrantes da Comissão da Ordem Econômica foram as mais acirradas em todos os partidos. Mesmo no PFL, onde o deputado Inocêncio de Oliveira garante reinar a paz, após o processo de distribuição de vagas que ele comandou, 60 constituintes se candidataram a apenas 15 vagas de titulares.

A triagem, nesse caso, foi feita com um artifício: a direção do PFL tentou convencer os deputados e senadores menos ligados ao assunto a escolher a segunda opção do pedido de inscrição. Quando isto não dava certo, ganhava a vaga quem era especializado em uma área semelhante, ou, em último caso, quem havia pedido primeiro.

Problemas desse tipo só não teve mesmo o PT, que dispôs de apenas 16 deputados para 24 subcomissões. Além de procurar saber quem queria ir para onde, o PT só teve de identificar onde era mais importante ter seus deputados. "Nossa eleição foi para apontar as comissões prioritárias", conta Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul.



Covas e os líderes dos pequenos partidos fecharam o acordo em uma hora, sem o PFL

Arinos pode ser aliado

Brasília — O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) está com sua candidatura à presidência da Comissão de Sistematização — responsável pela vedação final da nova Constituição — ameaçada pela pretensão do deputado Adolfo Silveira (PL-RJ), que nas últimas horas articulou muito seu próprio nome, trabalhando em cima de hostilidade entre o PMDB e o PFL.

A escolha de Arinos era até agora um dos únicos pontos pacíficos da Constituinte, mas o nome de Adolfo de Oliveira passou a ser considerado dentro do PMDB, desde que o PFL ameaçou fazer uma "Constituinte paralela".

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, reúne-se às 20h de domingo com os coordenadores estaduais das bancadas para discutir as indicações do seu partido à Comissão de Sistematização, tendo em vista a insatisfação provocada por alguns dos nomes previamente escolhidos. Há uma articulação entre os coordenadores para que cada estado tenha obrigatoriamente um representante nessa comissão.

Com a eleição da mesa à noite, os partidos têm que apresentar a relação dos indicados às nove grandes comissões e 26 subcomissões até a segunda-feira, para que no dia seguinte elas sejam oficializadas e escolham seus presidentes e relatores. Tradicionalmente, são os líderes partidários que indicam os escolhidos para ocupar os postos-chave das comissões, e as eleições são apenas simbólicas.

Dentro do PMDB, porém, há a expectativa de que os últimos confrontos com o PFL possam causar problemas nas comissões, tais como os pefelistas não votarem nos nomes indicados pela liderança do PMDB para ocupar cargos de relator e/ou presidente. As comissões mais concorridas são as de Sistematização e a da Ordem Econômica.

O senador Mário Covas ainda tentou, à noite, evitar a reunião de hoje com os coordenadores de bancadas, temendo que a disputa interna pelos 34 cargos a que o PMDB tem direito nas comissões gere novos problemas.

Apoio preocupa Sarney Filho

Brasília — O deputado Sarney Filho (PFL/MA) confidenciou a alguns parlamentares do PMDB sua preocupação com a sustentação do governo do presidente José Sarney, pois considera iminente a implosão da Aliança Democrática com os constantes atritos entre PMDB e PFL, que culminaram ontem com a exclusão dos pefelistas da Mesa diretora da Constituinte.

O filho do presidente Sarney acompanhou o desenrolar do episódio chamando deputados para conversar, quando externava sua apreensão, lembrando que o governo vive uma fase crítica, na qual o apoio parlamentar é imprescindível. A pelo menos um dos interlocutores, disse: "Se o PMDB já não vinha dando muito apoio, com esse problema da Mesa o apoio do PFL também fica complicado".

Ele reconheceu que o desfecho da questão foi provocado pela atitude do líder do seu partido, deputado José Lourenço, que acabou acoadando os pemedebistas ao ameaçar fazer uma constituinte paralela. Observou, ainda, que embora a situação da Aliança Democrática seja crítica, as lideranças dos dois partidos precisam se unir para evitar o comprometimento total da sustentação do governo.

Essa também foi a idéia transmitida a alguns pemedebistas pelo ministro Marco Maciel, que conseguiu evitar a tese da Constituinte paralela defendida por José Lourenço, mas não pôde impedir que o partido ficasse à margem da composição da Mesa em represália por não ter sido aquinhado com a 1ª vice-presidência ou a 1ª secretaria.

Constituintes choram mordomias que desfrutavam em assembleias

Teresa Cardoso

Brasília — Vida dura a de deputado federal. Para o eleito, que ouve falar da Câmara dos Deputados como paraíso dos jetons e das mordomias, a afirmação soa absurda. Mas para políticos que até o ano passado eram deputados estaduais ou vereadores em seus estados e chegaram a Brasília em fevereiro, é uma amarga constatação. Eles perderam as mordomias que tinham nas assembleias e câmaras municipais, e ainda têm que enfrentar Brasília, cidade onde o custo de vida é reconhecidamente o mais alto do país.

O deputado Ricardo Izar (PFL-SP), por exemplo, conta que precisou pedir emprestado C\$ 100 mil ao instituto de previdência dos congressistas (juros de 12% ao mês) para equipar o apartamento que recebeu da Câmara. "Gastei esses C\$ 100 mil na compra de tapetes, quadros, liquidificador, talheres, roupas de cama, etc. Quando me elegi deputado federal não contava com o fato de que ia ter que montar uma nova casa em Brasília, além de manter a minha de São Paulo", lastima ele, ressaltando que não está arrependido.

Até janeiro deste ano, quando era deputado estadual, Ricardo Izar recebia mensalmente C\$ 81 mil, fora os descontos usuais. Hoje, enquanto um deputado estadual em São Paulo ganha C\$ 127 mil, queixa-se de que um deputado constituinte ganha "apenas" C\$ 56 mil. Alegando que não tem mais dinheiro para frequentar restaurantes, o deputado contratou uma cozinheira pelo salário de C\$ 3 mil e passou a almoçar em casa. Ele quer que a mulher e os dois filhos voltem para São Paulo. "Fica mais barato."

Saudades do opala

Geraldo Aickmin (PMDB-SP),

também ex-deputado estadual, fala com saudade do Opala (trocado a cada dois anos) com dois motoristas e tanque cheio todo dia que a Assembleia paulista lhe dava, sem contar o gabinete com 11 funcionários. "Aqui na Câmara o parlamentar tem direito a apenas três funcionários malpagos, pois ganham algo em torno de C\$ 12 mil", diz.

Para sobreviver, dramatiza Aickmin, ele comprou um Fiat, que dirige em Brasília. Como suas bases eleitorais estão no vale do Paraíba, mantém lá um Escort, além de outro automóvel em São Paulo. E mais: há os gastos com a casa e os escritórios eleitorais de São Paulo e Pindamonhangaba. "Se eu fosse depender do salário de deputado, já tinha morrido."

"Culpa do Ulysses"

Nenhum desses parlamentares queixosos reconhece o fato de que são os vereadores e deputados estaduais que estão ganhando demais. Eles argumentam sempre que a responsabilidade de um deputado constituinte é bem maior que a de um vereador ou deputado estadual e culpam o presidente Ulysses Guimarães pela defasagem de rendimentos. "Se Ulysses não tivesse medo da imprensa, teria permitido o reajuste dos nossos vencimentos no ano passado", acusa Fausto Rocha (PFL-SP), ex-deputado estadual. "Eu tive aumentadas minhas responsabilidades e reduzido o meu salário." Dos três funcionários a que tem direito em Brasília, Rocha mandou um para trabalhar em seu escritório de São Paulo, cujo aluguel não revela quanto custa.

Revoltado porque, em vez de ceder um Opala para cada deputado, a Câmara dá transporte coletivo para a residência numa Veraneio, Rocha diz que está gastando "um dinheiro" com táxi. "Eu só não me arrependo de ser deputado federal porque, como constituinte, tenho uma certa influência", conta o

Começa em abril horário de TV

Brasília — Um sol que se levanta até enquadrar-se numa bandeira do Brasil é a imagem que todas as emissoras de televisão vão transmitir, duas vezes por dia, para anunciar a divulgação dos trabalhos da Constituinte a partir de 1º de abril. Serão cinco minutos durante a tarde e outros cinco, em horário nobre que podem se tornar um problema para os constituintes, porque não há consenso para estabelecer um critério sobre quem deverá ter direito a voz.

O chefe do Serviço de Divulgação da Câmara, Alfredo Obliziner, elogia a orientação de Ulysses — "Pelo próprio regimento da Casa os líderes têm maior espaço porque podem falar todos os dias" — e estabelece requisito para produção das notícias: não haverá nenhuma informação regional, 50 temas constitucionais. João Nogueira Batista, presidente da Radiobrás, empresa estatal de radiodifusão que vai editar o material.

Administrar a vaidade dos constituintes na luta para aparecer em horário nobre da televisão vai ser um problema sério, na opinião de parlamentares ligados aos meios de comunicação. Antonio Britto (PMDB-RS) e Hélio Costa (PMDB-MG) já entraram na guerra em sua fase inicial e foram vitoriosos: convenceram os colegas de que 10 minutos diários para a Constituinte seriam suficientes.

parlamentar. Ele recusou o apartamento funcional por considerar mais barato morar no hotel Nacional, com diária pagas pela Câmara. A indignação do ex-vereador Roberto Vital (PMDB-MG), que até o ano passado recebia C\$ 50 mil por mês e agora estaria recebendo C\$ 90 mil, é com os preços dos restaurantes. "Se eu decidir comer em restaurante todo dia, quebro", afirma. Como vereador em Belo Horizonte ele tinha direito a um Opala. Agora, teve que contratar um motorista particular, alugar um carro e pagar gasolina. Os C\$ 22 mil que a Câmara oferece como ajuda de transporte estão incluídos nos C\$ 56 mil dos vencimentos.

Desde que se mudou para Brasília, Vital se queixa porque também está sendo obrigado a sustentar duas casas, desembolsando C\$ 20 mil por mês só com a de Belo Horizonte. Como Geraldo Aickmin, ele resolveu contratar um cozinheiro em Brasília, para evitar despesas com restaurante. Todo dia, ele agradece a Deus por não depender do salário da Câmara. "Sou médico radiologista e tenho três clínicas de raios-X em Belo Horizonte. Mas estou precisando tirar dinheiro de um lugar para tapar buraco noutra".

O deputado Ronaldo Carvalho (PMDB-MG), que até janeiro deste ano ganhava C\$ 60 mil como deputado estadual, mora no Torre Pálacio Hotel. "Todas as ajudas de custo que recebo aqui como serviço (passagens aéreas, transporte, material de escritório, etc), em Belo Horizonte eu recebia em moeda. Lá, eu tinha um veículo com motorista, aqui sou obrigado a gastar com táxi". O que ele mais lamenta é não poder exercer uma profissão paralela à atividade política, porque o mercado de trabalho em Brasília é restrito.

Brasília — Luciano Andrade



Para economizar, Ricardo Izar almoça em casa com seu motorista do Congresso



César Maia



Luiz Alfredo Salomão

Arquivo — 6/4/86

Arquivo — 7/8/83